


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

Rua D. Alexandrina, 215, Caixa Postal Nº 638, Centro - CEP 13560-290,

Fone: (16) 3307-4100, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004328-82.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Perda da Propriedade**  
 Requerente: **Mauro Lúcio dos Santos**  
 Requerido: **Governo do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**MAURO LUCIO DOS SANTOS** move **ação anulatória** de débito fiscal contra o **ESTADO DE SÃO PAULO**, relativamente aos IPVAs lançados sobre o veículo indicado na inicial, pois em 11/04/2008 houve a sua apreensão policial, em cumprimento a decisão judicial que determinou o seu bloqueio no curso de ação de busca e apreensão movida por instituição financeira contra o autor, bloqueio este que foi mantido mesmo após o referido processo ter sido extinto sem resolução do mérito. Os IPVAs referem-se a fatos geradores ocorridos após a apreensão. O réu protestou as CDAs a eles relativas, e o nome do autor foi negativado. O autor alega que não é contribuinte nem responsável pelo pagamento do tributo. Sob tal fundamento, pede (a) a anulação dos lançamentos tributários (b) a desconstituição dos protestos e das negativas nos órgãos restritivos.

A tutela urgente foi concedida para a sustação dos protestos (fls. 122/123).

O réu contestou (fls. 141/152) sustentando a legalidade dos lançamentos.

O autor noticia que ainda não foi cumprida, pelos tabelionatos, a ordem de sustação dos protestos (fls. 154).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, lembrando que "sendo o juiz o destinatário da prova, somente a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização" (RT 305/121, JTJ 317/189).

A ação é procedente, vez que não há amparo legal para a cobrança.

O art. 155, III da CF diz que o IPVA incide sobre a "propriedade" dos veículos automotores. Qual seria o significado do vocábulo "propriedade" nesse caso? A CF preceitua, no art. 146, III, "a" que compete à lei complementar (federal) estabelecer normas gerais sobre a definição dos fatos geradores dos tributos.

A lei complementar em questão, relativamente a maioria dos impostos, é o CTN (recepcionado como lei complementar), que aliás regulamenta nos arts. 29 e 32 o sentido do vocábulo "propriedade" no caso do ITR (imposto federal: art. 153, VI, CF) e no caso do IPTU (imposto municipal: art. 156, I, CF).

Mas não há lei complementar com as normas gerais sobre o fato gerador do IPVA.

À míngua de definição estabelecida pela lei complementar prevista na CF, não se pode pela via interpretativa distorcer o sentido de "propriedade", em razão da regra



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, Caixa Postal Nº 638, Centro - CEP 13560-290,

Fone: (16) 3307-4100, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do art. 110 do CTN.

Andou o bem o legislador estadual, portanto, na Lei Estadual nº 13.296/2008, que trata do IPVA em São Paulo, vez que em seu art. 2º estabelece a propriedade – somente a propriedade – como sendo o fato gerador do imposto, e no art. 5º que o contribuinte é o proprietário – somente o proprietário.

Quanto ao caso dos autos, o autor não é proprietário. É simples possuidor ou titular de direito de aquisição sobre o veículo. Na alienação fiduciária, a propriedade do veículo, posto que resolúvel, é transferida ao credor fiduciário. O devedor é apenas possuidor direto, ainda que tenha direito de aquisição, nos termos dos arts. 1361, caput, 1363, e 1368-B, todos do CC.

O devedor fiduciante, na sistemática da legislação estadual, desde que no exercício da posse, é considerado responsável tributário, pois é “possuidor a qualquer título” (art. 6º, XI). Sua responsabilidade, nesse caso, é solidária (art. 6º, § 2º) com a do contribuinte, que é a instituição financeira, titular da propriedade fiduciária.

A lei, portanto, prevê como fato gerador da obrigação tributária, no que é pertinente à hipótese *sub judice*, a posse do veículo.

Todavia, o veículo foi apreendido pela autoridade policial, conforme fls. 118/119, em cumprimento (embora extrapolando o conteúdo) ao ofício judicial de fls. 55, cuja decisão de origem está às fls. 50. A autoridade policial indica, no referido boletim de ocorrência, que a apreensão se dava por deliberação dessa mesma autoridade, em razão de que no terminal Prodesp "constou o referido veículo com busca e apreensão emitido pela 2ª Vara Cível desta referente ao Processo 122/2007".

Ora, a apreensão do veículo 11/03/2008 configura verdadeira perda da sua posse pelo autor, pois o exercício dos poderes inerentes à propriedade que o autor até então exercia (art. 1196, CC) foi cessado, contra a sua vontade (art. 1223, CC), saindo o veículo da sua esfera de uso e disponibilidade.

Consequentemente, o fato gerador da obrigação tributária cessou. Inexiste regra matriz de incidência, hipótese tributária que recaia sobre a situação, sobre o *status* atual do autor em relação ao veículo.

Não há fato imponible.

Ora, como se sabe, é vedado ao fisco "exigir ... tributo sem lei que o estabeleça" (art. 150, I, CF), e no caso em exame não há lei definindo a obrigação tributária para casos como este em análise.

A descaracterização da posse é inclusive levada em conta pelo legislador estadual, no art. 14, caput e § 2º da Lei Estadual, para dispensar o pagamento do imposto, embora em hipóteses que não se enquadram exatamente na dos autos.

Saliente-se que a apreensão do veículo pela administração pública, no uso do seu poder de polícia, utilizando desse poder coercitivo para retirar, de forma violenta, a posse do bem, não se coaduna com a simultânea e contraditória cobrança do IPVA.

O TJSP entende que é indevido o lançamento do IPVA em casos como o em apreço, seja pela descaracterização da propriedade, do domínio ou da posse, seja pela aplicação teleológica do art. 14 da Lei Estadual nº 13.296/2008: AI. 0000029-94.2015.8.26.0076, Rel. José Maria Câmara Junior, 9ª Câmara de Direito Público, j. 29/04/2015; Ap. 1010288-40.2014.8.26.0053, Rel. Claudio Augusto Pedrassi; 2ª Câmara de Direito Público, j. 10/03/2015; Ap. 0005413-62.2011.8.26.0663, Rel. Claudio Augusto



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, Caixa Postal Nº 638, Centro - CEP 13560-290,

Fone: (16) 3307-4100, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pedrassi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 16/12/2014, Ap. 0025077-95.2013.8.26.0053, Rel. Leme de Campos, 6ª Câmara de Direito Público, j. 29/09/2014; Ap. 3010632-10.2013.8.26.0477, Rel. Luís Geraldo Lanfredi, 2ª Câmara de Direito Público, j. 29/07/2014.

Ante o exposto, **julgo procedente** a ação para (a) anular os lançamentos tributários de IPVA contra a autora, dos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013 (b) confirmada a liminar, desconstituir definitivamente os protestos e as negativas nos órgãos restritivos. Condene o réu nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.500,00.

*Com cópia desta sentença, oficie-se novamente aos cartórios extrajudiciais, considerado o requerimento de fls. 154.*

P.R.I.

São Carlos, 15 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**